



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0001459-17.2021.6.05.8000
SEÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE
INTERESSADO : COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, ATENÇÃO À SAÚDE E BENEFÍCIOS
ASSUNTO : Análise de regularidade da licitação

Parecer nº 41 / 2021 - PRE/DG/ASSED

Trata-se de realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para REGISTRO DE PREÇOS, visando a eventual aquisição de material de consumo médico e odontológico, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 18/2021 (documento n.º 1676364).

Cumprir destacar o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna do aludido procedimento, conforme consignado na decisão que autorizou a abertura do certame (documento n.º 1668150).

Autorizada a abertura do pregão, os autos tramitaram novamente pela SEAQUI com o objetivo de atualizar a planilha estimativa de preços, em decorrência da alteração do quantitativo referente ao item 8, o que não implicou na necessidade de novas análises pelas demais unidades do Tribunal (documentos n.ºs 1672552 e 1672554).

Consta do documento n.º 1669672, designação do Pregoeiro e equipe de apoio nomeados por meio da Portaria 45/2020 (documento n.º 1676371).

Publicado o edital no sistema Comprasnet e no DOU (documentos n.ºs 1676374 e 1676377), foi apresentado pedido de esclarecimento, o qual também foi publicado (documentos n.ºs 1678562 e 1678563).

Aberta a sessão na data prevista, após análise preliminar das propostas comerciais apresentadas, deu-se início à fase competitiva, ofertando-se aos participantes a possibilidade de fornecimento de lances sucessivos. Da leitura da documentação anexada, verifica-se que do total de 116 itens, apenas foram apresentadas propostas para 13 itens.

Ainda assim, alguns das propostas encontravam-se com o valor acima do estimado, não se obtendo êxito na negociação para redução de preços.

Após exame dos documentos de habilitação, foram declaradas vencedoras as empresas constantes do Relatório Resultado por Fornecedor (documento n.º 1702530).

Com efeito, realizado a análise dos referidos documentos, verifica-se que as licitantes vencedoras do certame encontravam-se aptas e atenderam aos requisitos do instrumento convocatório. Ademais, as certidões que tiveram sua validade vencida após o encerramento da sessão pública foram atualizadas e acostadas aos autos.

Verifica-se, ainda, que foi oportunizada o prazo para registro de intenção de recurso, não havendo manifestação das licitantes.

Assim, uma vez observada a regularidade do procedimento licitatório, sugere-se a homologação do Pregão com relação aos itens adjudicados, declarando-se desertos e/ou fracassados os demais itens, devendo a Administração, em ato contínuo, proceder à convocação das empresas vencedoras para assinatura das Atas de Registro de Preços, nos termos do art. 4º, XXII da Lei n.º 10.520/2002, arts. 45 e 48 do Decreto n.º 10.024/2019 e art. 13 do Decreto n.º 7.892/2013, bem como de acordo com o Relatório Resultado por

Fornecedor, Termo de Adjudicação, Ata de Realização do Pregão Eletrônico e Relatório Final do Pregão (documentos n.ºs 1702530, 1702532, 1702529 e 1702533).

Importante registrar que, quando das efetivas contratações, caso ocorram, deverá ser encaminhado o processo à SOF, para informação relativa à disponibilidade orçamentária.

Frise-se que as futuras contratadas deverão manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei de Licitações e Contratos.

Por fim, a falta de êxito na licitação impõe à Administração Pública, em regra, a necessidade de recorrer a outro certame. Assim, após as providências acima, sugere-se o encaminhamento dos autos à unidade demandante, para adoção das providências com vistas à deflagração de novo procedimento licitatório, avaliando-se, na oportunidade, as possíveis causas do insucesso desta licitação em relação à maioria dos itens.

À consideração superior.

Maria Regina Ribeiro Santana

Analista Judiciário/ASSESD

De acordo.

Ao Diretor-Geral, para apreciação.

RONILDO DANTAS

Assessor Especial da Diretoria-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Maria Regina Ribeiro Santana, Analista Judiciário**, em 30/08/2021, às 18:38, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ronildo de Queiroz Dantas, Assessor**, em 30/08/2021, às 18:43, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1709670** e o código CRC **56A8CB26**.